

Questões de cidadania no campo da saúde mental: Reforma Psiquiátrica e II Fórum Internacional

Wanda Espírito Santo*

*Professora e Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Saúde Mental - LAPS/
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca- ENSP/ Fiocruz

O II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos, realizado no período de 22 a 25 de maio de 2008, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), promoveu o encontro de mais de três mil pessoas de diferentes países, reunidas em torno de uma enorme variedade de debates políticos, oficinas, atividades artísticas e culturais tanto no espaço da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) quanto em outros espaços da cidade, tais como: a festa no Centro do Teatro do Oprimido, o "Loucos pela Diversidade", um grande show musical na Lapa – o bairro boêmio do Rio de Janeiro, e a intervenção cultural inédita, o Teatro Procissão, uma espécie de passeata temática que mobilizou a Praia de Copacabana.

O II Fórum Internacional consistiu em um desdobramento do encontro que aconteceu durante o V Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos, promovido pela *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*, em novembro de 2006, em Buenos Aires, percebido como um espaço destinado à socialização, ao debate e à produção das práticas de grupos engajados na luta contra os mais variados modos de opressão e injustiça.

Naquela ocasião, foi decidido que o Fórum seria realizado bianualmente e estabelecida sua itinerância a fim de favorecer ainda mais a participação ativa dos muitos militantes populares dos diversos países da América Latina. O Brasil, por sua tradição de movimentos sociais fortemente atuantes em lutas semelhantes a essa, foi escolhido para sediar o II Fórum.

O fio condutor que vou utilizar para pautar meus comentários será a cidadania, com o intuito de discutir a estratégia de transformação do II Fórum Internacional em um dispositivo político de articulação democrática e criativa no campo interdisciplinar da saúde coletiva, saúde mental e direitos humanos.

Como conceito, a cidadania sofre reformulações. Das fontes históricas, como Marshall (1967), surgem reinterpretções e diálogos. Assim, é fato que um amplo repertório, teórico e prático, acompanha o conceito.

Bodstein, R (1995) acredita que a cidadania deva ser abordada como experiência histórica; remonta à época da antiguidade grega quando a inclusão e a exclusão na esfera

pública já determinavam a cidadania dos indivíduos. Reis, E (1997) lembra que diversas correntes teóricas relacionam as noções de inclusão e exclusão ao conceito de cidadania.

Entendemos a cidadania como uma medida de convivência social que se torna realidade na esfera pública. Ela emerge das lutas cotidianas por novos direitos ou pela garantia dos já existentes. Desse modo, o exercício de olhar o outro como um semelhante e agir com reciprocidade possibilita colocar a questão dos direitos no espaço público.

No Brasil, três eixos centralizam os debates em torno do tema cidadania: os aspectos histórico-estruturais que, presentes na sociedade brasileira, são impeditivos de uma cidadania plena, novas formas de participação política relacionadas com os avanços da constituição de 1988 e o reconhecimento das diferenças. (Borba, J, 2004)

Observo que um cidadão não se "faz" ou se "desfaz" por decreto. Então, resta-me questionar como ocorrem as transformações? Sem a reivindicação de cidadania, de tratamento igualitário é impossível que ocorram mudanças. Pode-se identificar, dentre as categorias que possibilitam a construção do sujeito cidadão, o sentimento de pertencimento. A partir da aquisição dessa economia emocional, torna-se possível questionar as desigualdades e ir em busca de um tratamento de reciprocidade por parte do outro. O criar representações e o se identificar com o outro como igual são aspectos importantes na conformação de sujeitos cidadãos.

A luta antimanicomial, apesar de todas as suas dificuldades, fez circular informações nos mais diversificados cantos do Brasil, conseguindo que seus participantes compartilhassem de uma mesma economia emocional, o que, sem dúvida, criou esse sentimento de pertencimento tão desejado, fazendo com que os reais interessados se tornassem protagonistas de suas próprias lutas. Nesse sentido, e diretamente relacionado a esse protagonismo, observa-se que o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Universidade Popular das Mães da Praça de Maio determinaram o caráter político e social do Fórum: a presença democrática como valor emancipatório.

Os participantes do II Fórum, oriundos dos diversos locais do Brasil e de países da América Latina (sul, centro e norte), Canadá e Europa, interagiram nos diferentes espaços de debate, encontro e cultura proporcionados pelo encontro. Centenas de militantes da luta antimanicomial e usuários dos serviços de Saúde Mental ou mesmo seus familiares aderiram às atividades do Fórum, além da participação de aproximadamente 90 colaboradores, voluntários que executaram as mais diversas tarefas e foram imprescindíveis para o adequado funcionamento das atividades propostas.

Benevides (1991; 1994) chama a atenção para a **cidadania ativa** que é capaz de definir

políticas públicas através de uma participação direta dos cidadãos (p.ex. Loucos pela Diversidade¹).

A cultura em suas diversas manifestações foi importante instrumento de intervenção política, tendo sido utilizada pelos trabalhadores de saúde mental, pelo movimento antimanicomial e também, de forma relevante, no espaço do II Fórum.

Os coletivos carnavalescos “Loucura Suburbana” e “Tá Pirando, Pirado, Pirou”, o Grupo de teatro “Pirei na Cenna”, o Coral Cênico “Cidadãos Cantantes”, a produção de telas grafitadas – realização de Rodrigo Sini – e as instalações do CTO mostraram, entre outros, como o meio pode ser modificado pela arte e, principalmente, como a cultura pode habilitar para a cidadania os que com ela se integram.

A Mostra Cultural de Cartazes dos 30 anos da Reforma Psiquiátrica no Brasil, intitulada “A Luta Por uma Sociedade Sem Manicômios: A Arte do Movimento”, concepção de Paulo Amarante e curadoria do artista plástico Gianni Puzzo, apresentou uma tímida, porém expressiva e belíssima seleção do acervo histórico iconográfico do Laps sobre a luta por uma sociedade sem manicômios. A mostra, inaugurada no hall do Teatro Odylo Costa Filho poucos momentos antes da mesa de abertura, resgatou parte da história da reforma psiquiátrica por meio de cartazes históricos e dimensionou a arte como essencial aliado às mudanças sociais.

Sem dúvida que contar a luta histórica do Movimento da Reforma Psiquiátrica é falar dos caminhos da redemocratização, das lutas travadas pelos que teimam em querer uma sociedade menos repressiva e dos que querem ocupar o lugar de sujeito de direito. É também recordar a retomada da luta ao Estado de Direito e a ampla gama de movimentos sociais que surgem apesar do estado de exceção. É a memória da efervescência política do setor saúde, de entidades como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e o Movimento Nacional de Renovação Médica (Reme) e do surgimento de movimentos como o de trabalhadores de saúde mental, o MTSM. (Amarante, 1998).

O processo que conduziu à afirmação e ao reconhecimento de direitos culminou na constituição de 1988, e tem na participação política ativa dos sujeitos um de seus marcos, refletindo o desejo da sociedade brasileira por romper com as práticas arcaicas. Esse processo ultrapassa demasiadamente a aquisição formal e legal de um conjunto de direitos.

¹ Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Pessoas em Sofrimento Mental e em situação de Risco social promovida pela secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e pelo Laboratório de Pesquisa em Saúde Mental -LAPS/ ENSP/ Fiocruz, realizada de 15 a 17 de agosto de 2007, na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. Esta Oficina resultou na criação de uma agenda nacional de políticas públicas culturais para pessoas em sofrimento mental.

A cidadania não deve ser entendida apenas pelo caminho da institucionalização. As questões relacionadas aos direitos precisam ser constantemente recolocadas na esfera pública; fazer parte dos debates e das relações políticas. Os limites entre os direitos e as práticas sociais devem ser permanentemente interrogados.

No debate “Os Limites do Terror”, os convidados Cecília Coimbra e o Juiz argentino Carlos Rozanski – responsável pela prisão de muitos torturadores – discutiram, de forma contundente, os seqüestros denominados como “desaparecimentos”, as tortura e as execuções sumárias ocorridas nos anos de ditadura militar na Argentina e no Brasil. A coordenação de Eduardo Losicer possibilitou mensurar o sofrimento envolvido nessas situações. Depoimentos emocionados de parentes de várias vítimas ou familiares das vítimas das ditaduras latinas, os quais estavam ali presentes, reforçaram ainda mais a relevância da discussão desse tema, suscitando questões como: Os arquivos das ditaduras da América latina devem ser abertos? Documentos históricos podem ser destruídos? O crime de tortura é passível de anistia?

Dando seqüência às atividades proporcionadas pelo II Fórum, ficou comprovada, por meio das 48 mesas de palestrantes convidados, a importância de se defender os direitos individuais e/ou coletivos, bem como de os sujeitos se tornarem atores de suas próprias vidas e de suas idéias. Uma oportunidade ímpar de reunir atores sociais de diversos segmentos que expuseram a interface de suas lutas com a saúde mental e com os direitos humanos. Tais discussões foram acompanhadas da Mostra de Vídeo “Loucura, Cultura e Direitos Humanos” que exibiu, durante todo o evento, vídeos relacionados aos temas discutidos pelos palestrantes. Simultaneamente, 250 rodas de conversa e 406 mesas de discussão, resultantes dos 656 trabalhos aprovados, tiveram a possibilidade de refletir sobre experiências coletivas, desenvolver a criação ou ampliação de redes, além de pensar novas formas de atuação no campo da saúde.

Esse turbilhão de informações, que permitiu discutir a defesa dos sujeitos, os trabalhos em rede, fazer uma infinidade de articulações e vislumbrar ações coletivas, nos estimulam a pensar os novos modelos que tão bem abarcam as diversidades. Por que considerar os movimentos sociais da atualidade como contra- hegemônicos?

Santos, B (1998) comenta que esses movimentos, ao identificarem novas formas de opressão, não específicas das relações de produção, e ao buscarem um paradigma social relacionado à cultura e à qualidade de vida, denunciam os excessos de regulação da modernidade. Tourraine (1994, p. 256) acredita que as orientações culturais de uma sociedade não estão acima dela, e que a defesa dos sujeitos “está repleta de movimento social”. Os códigos culturais, valores e interesses diversos passam a constituir a luta desses movimentos.

A maior parte desses movimentos sociais atua por meio de redes e se orienta por valores universais, como direitos humanos, minorias e preservação ambiental, entre outros (Espírito Santo, W, 2007). Santos, B (1998) acredita que a articulação dessa imensa variedade de movimentos sociais e organizações da sociedade civil pode gerar uma outra matriz de governação.

De maneira assertiva, a questão do trabalho, que também compõe o conjunto de estratégias da luta antimanicomial, esteve presente no II Fórum Internacional. A exposição e venda de produtos artesanais – produzidos por cooperativas vinculadas à Luta Antimanicomial e à Economia Solidária –, nas 32 barraquinhas que margeavam o corredor externo da UERJ, refletiram as múltiplas possibilidades de geração de renda e trabalho nesse âmbito. Esse é, atualmente, um dos focos da luta antimanicomial que vem procurando ampliar os espaços de trabalho formal. Reside aí uma nova problemática e um novo desafio. Discriminação positiva? Sistema de cotas? Economia solidária? Como pensar as tensões entre o universal e o particular?

Por fim, a mesa da Plenária recebeu e colocou em votação moções resultantes das discussões ocorridas durante o II Fórum. As propostas respaldaram lutas que vem sendo travadas pela sociedade civil organizada, denunciaram direitos que estão sendo violados e repudiaram injustiças institucionais que ocorrem no campo da saúde.

A plenária de encerramento, com a presença de cerca de 400 participantes, concluiu a parte das atividades especificamente políticas do II Fórum. As moções e as propostas de encaminhamentos estão disponíveis na página do Fórum (www.saudentaledireitos.org.br).

Na conclusão do II Fórum Internacional, o destaque ficou por conta das atividades culturais. À plenária seguiu-se o show "Loucos pela Diversidade" nos Arcos da Lapa, com as apresentações dos grupos Coral Cênico “Cidadãos Cantantes” (de São Paulo), Black Confusion (Hip Hop de Porto Alegre), Sistema Nervoso Alterado e Camisa de Força e Harmonia Enlouquece (do Rio de Janeiro).

O encerramento do II Fórum de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos foi realizado no domingo pela manhã, dia 25 de maio de 2008, na praia de Copacabana, Rio de Janeiro. O desfile na modalidade de Teatro Procissão – uma das técnicas da metodologia do Teatro do Oprimido – possibilitou que os coletivos carnavalescos Tá pirando, Pirado Pirou e Loucura Suburbana, os militantes da Luta antimanicomial e do Movimento Nacional de Direitos Humanos e os participantes do II Fórum, além de transeuntes que simpatizaram com o evento, estilizassem uma passeata ao som da bateria da Escola de Samba Caprichosos de Pilares.

As alegorias e as fantasias emolduraram, de forma mágica, o ambiente, anunciaram que a cultura é para todos, que a alma não deve ser exorcizada e nem o corpo torturado. Enfaticamente, afirmaram que a força da vida está na diversidade e todos sem distinção têm direito a viver num mundo livre e justo, porque não é concedido ao Estado ou às convenções sociais o direito de oprimir as almas.

Os sons e os movimentos ritmados libertaram os corpos, as barreiras e os preconceitos foram alegremente dissolvidos pela cultura. A troca e a interação movimentaram entusiasticamente os presentes. A evolução dos blocos tornou evidente que a participação liberta os sujeitos e a cultura proporciona inclusão.

Na junção dos movimentos sociais e da cultura foi a saúde que desfilou, uma saúde cheia de determinantes sociais, uma saúde que não aceita exclusão, uma saúde que quer saúde e não doença. Assim o II Fórum foi encerrado, e assim o II Fórum começou, mostrando que a saúde quer modificar o seu meio social.

A reflexão sobre o alcance do Fórum, como espaço de participação democrática, facilitador de novas articulações e formulações no campo da saúde mental, possibilitará que, cada vez mais, as futuras edições do encontro sejam espaços de representatividade e integração das lutas antimanicomiais da América Latina e, mais que isso, irá contribuir para a transformação do Fórum em um dispositivo político de articulação permanente.

Toda essa efervescência mostra que na extensão dos direitos à cidadania estão sendo consolidadas novas forças na arena política. A defesa da identidade e da dignidade dos que enfrentam uma grande opressão ou arraigada miséria impulsiona muitos dos novos movimentos sociais.

O elo entre essas lutas é o que pode ser criado em conjunto. É a ação coletiva no espaço público. Uma ação que pode ser tão criativa quanto os nossos anseios de mudança. Será que somos capazes de pensar e discutir em conjunto novas formas de vida política? É possível a concepção de uma sociedade que conviva com as diferenças? Será que estamos aptos para romper com o domínio neoliberal?

Bibliografia

AMARANTE, P. (coord.) **Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

BENEVIDES, M.V.M. **Cidadania Ativa: referendun, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BODSTEIN, R. **Cidadania e Direitos: dilemas da questão social**. Rio de Janeiro: Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública, 1995.

BORJA, J. “O que não temos e o que queremos”: uma revisão do debate sobre cidadania no Brasil. In: **VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 2004, paper apresentado.

ESPÍRITO SANTO, W. **Organizações da Sociedade Civil: percepção e ação na perspectiva dos direitos humanos e saúde**. Rio de Janeiro. Dissertação apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2007.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1967.

REIS, E. Cidadania: história, teoria e utopia. In: **Seminário Internacional Justiça e Cidadania**, Rio de Janeiro, 1997, palestra apresentada.

SANTOS, B. A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. In: **Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado**, São Paulo, 1998, paper apresentado.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: vozes, 1994.